

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 2007 - ADFA

ÍNDICE

Introdução	Pag. 2
Nacional	4
Vida Associativa	4
Reivindicações	11
Reabilitação e Projectos	19
A ADFA e a Sociedade da Informação	25
Economia, Pessoal e Património	27
Relações da ADFA com os Órgãos de Soberania	29
Relações da ADFA com as Instituições Militares	32
Relações da ADFA com as Associações de Militares e ex-Militares	33
Participação Cívica da ADFA a Nível Nacional	34
Participação Cultural	40
Relação da ADFA com Organizações Internacionais	40
Delegações	41
Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique –ADFAPM	47
Serviços Nacionais	48

Introdução

De acordo com o estipulado no artigo 41º, alínea d) dos Estatutos, a Direcção Nacional – DN apresenta o seu relatório de actividades e contas da ADFA referentes ao Ano de 2007.

O presente relatório é o reflexo dos sete pontos enumerados no programa de candidatura desta DN para 2007, os quais passamos em seguida a transcrever:

«**1.** Manter viva e actualizada no quotidiano dos cidadãos a memória, os valores, os princípios e a historia da ADFA, relembando o contributo da geração da Guerra Colonial para o 25 de Abril e sublinhando que constituem a matriz essencial da democracia portuguesa;

2. Conseguir uma ADFA mais unida e coesa, que respeita a pluralidade e o confronto salutar de ideias e projectos, que privilegia o debate e o compromisso mas que afirma o primado da vontade da maioria, no total respeito pelo espírito que presidiu à sua fundação, em 14 de Maio de 1974;

3. Consolidar o papel interventor da ADFA no quadro da Política Nacional de Reabilitação e no movimento associativo, avocando a amadurecida consciência colectiva, a irrepreensível responsabilidade cívica e a inabalável vontade desta Instituição, em construir uma sociedade crescentemente inclusiva;

4. Pugnar intransigentemente pela manutenção dos direitos adquiridos, pela resolução dos inúmeros problemas que afectam os deficientes militares e suas famílias e pelas reformas sociais que urge implementar, exigindo a ADFA assumir um papel activo na busca de soluções. Neste contexto, vamos criar condições para propor ao Conselho Nacional a convocação do 5º Congresso da ADFA;

5. Promover uma participação activa da ADFA na Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra - FMAC, potenciando o papel desta organização na defesa intransigente da paz, da solidariedade, do direito comparado, dos direitos humanos e da reabilitação, com realce para as sequelas resultantes dos conflitos regionais, pós 2ª Guerra Mundial;

6. Impulsionar a cooperação com as organizações de deficientes e combatentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP, valorizando a herança histórica que

herdámos conjuntamente, consolidando uma nova dimensão ética das relações com estas organizações, assente nos princípios da solidariedade e da igualdade;

7. Reforçar as relações com os órgãos de soberania, instituição militar, poder local, partidos políticos e sociedade civil, numa óptica de co-responsabilização social e cidadania activa e participativa, com confiança na solidez das instituições e na força da democracia para enfrentar os problemas da comunidade nacional.»

Nacional

A nível nacional, a ADFA desenvolveu as actividades normais inerentes ao funcionamento dos próprios serviços e da vida associativa. Neste sentido, serão sucintamente enumeradas as actividades mais importantes ocorridas no decorrer do ano de 2007, ao nível associativo, reivindicativo, de reabilitação e projectos, sociedade de informação e comunicação, relações com a instituição militar e organizações nacionais e internacionais, relações internas e externas, entre outras iniciativas.

Vida Associativa

A vida associativa da ADFA caracterizou-se, no decorrer de 2007, pela realização de um conjunto de iniciativas/eventos de que há a destacar os seguintes:

- A primeira actividade desenvolvida pela DN ocorreu, no dia 20 de Janeiro, no qual reuniu alguns associados com o intento de assinalar a **publicação do Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro**, e ouvir os sócios, sob o lema *“governar a ADFA com os associados, para os servir melhor garantindo, assim, uma instituição mais solidária e reivindicativa”*;
- Lançamento da revista **Cidade Solidária**, em 27 de Fevereiro, iniciativa que deu início às actividades de cooperação entre a ADFA e a SCML, cuja realização ocorreu na sede nacional;
- **Assembleia Geral Nacional –AGN** da ADFA, em 31 de Março, na qual foi aprovado o documento intitulado *“Estratégia Reivindicativa”*, que renova os fundamentos dos valores que assistem os cidadãos que no cumprimento do serviço militar obrigatório se

deficientaram em situações de risco e perigosidade, corporizado, nomeadamente, no Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro. Nesta proposta, que marcou o novo ciclo reivindicativo da ADFFA, foram elencadas treze propostas reivindicativas apresentadas ao Governo, que determinou profundamente toda a dinâmica da instituição.

- **Colóquio sobre o 25 de Abril** e as consequências da Guerra Colonial, organizado pela ADFFA, em 23 de Abril, que contou como orador o Coronel Vasco Lourenço, Presidente da Associação 25. Este colóquio serviu para marcar o reconhecimento da ADFFA pela aprovação, pelo Conselho da Revolução, em 15 de Outubro de 1982, da Lei que garantiu aos deficientes das Forças Armadas a assistência médica, através das ADMs, na qual os conselheiros Vasco Lourenço e Martins Guerreiro tiveram influência relevante;

- **A comemoração do 33º Aniversário da ADFFA**, a 14 de Maio, comemorada a 15, e cuja sessão solene foi presidida por Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, e que contou com a presença de várias individualidades entre as quais se destacam Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Valença Pinto, o Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Dr. João Mira Gomes, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. João Amaral Tomás e o Administrador da Fundação PT, Dr. Luís Sousa Macedo, representantes dos três ramos das Forças Armadas, Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, Grupos Parlamentares, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, o General Carvalho dos Reis, organizações de deficientes e antigos combatentes, para além dos órgãos sociais da ADFFA e associados.

É de realçar o discurso proferido por Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República pelo significado cívico e político, do qual respigamos as seguintes passagens:

«Estamos, portanto, face a pessoas que, por vicissitudes várias, em consequência do cumprimento de deveres militares, foram objecto de uma incapacidade e há um dever de reparação, em relação a quem, por dever, sofreu essas incapacidades, estamos aqui, digamos, no cerne da solidariedade social e dos deveres sociais, que não devem ser apenas de retórica, devem ter um conteúdo efectivo e uma dimensão concreta.

Sabendo nós que há várias reestruturações em curso, na área da saúde, da segurança social, sabendo nós que os recursos financeiros são por vezes escassos, temos que ter noções claras quanto aos princípios, quanto às prioridades e quanto às hierarquias, e se

há sector ou área que tem que estar no centro das prioridades em matéria de políticas de segurança social, essas são as pensões de sangue, essas são as pensões por deficiência em virtude do cumprimento de deveres militares.

É um ponto absolutamente essencial e se há também prioridades a ter em conta numa hierarquia de prioridades quando se fala na reestruturação dos sistemas médicos militares ou dos sistemas civis de saúde pública, todos os problemas e casos relacionados com este sector da deficiência ou da incapacidade por virtude do cumprimento de deveres militares têm que constituir uma prioridade, têm que estar no topo de uma hierarquia de prioridades, isso é absolutamente essencial. Porque aqui lidamos com problemas que têm a ver com integração e reabilitação, com problemas que têm a ver com a assistência médica e medicamentosa, lidamos com problemas que têm a ver com a assistência e o apoio psicológico, lidamos também com pensões, lidamos também com o apoio a familiares e lidamos também com o apoio à própria vida associativa que está constituída nas organizações que representam todo este vasto sector.

É portanto uma obrigação do Estado, acima de qualquer outra obrigação no domínio da definição de uma política de saúde para a área militar ou para a área civil, no domínio de uma hierarquização de prioridades quanto a pensões de sobrevivência e a pensões de deficiência, contemplar adequadamente esta área, estabelecer criteriosamente a ordem de prioridades e de importância e obviamente considerar que uma reforma do estado social, que nós todos apoiamos por razões de eficiência, tem que trazer, nesta área, a noção clara de que está verdadeiramente perante a excepção das excepções, ou seja a prioridade das prioridades. Esse é um ponto absolutamente claro.

(...)É preciso inventariar, é preciso diagnosticar, é preciso estudar e depois é preciso resolver e temos também a certeza de que nesta área lidamos com Associações representativas que também têm a noção de que é necessário, apurar os dados exactos, apurar dados exactos e rigorosos para que o conteúdo destas políticas sociais possa e deva ser aplicado a um universo seguro, rigorosamente comprovado, objectivamente certificado, porque isso é do interesse de todos, isso é um factor indispensável para credibilizar toda esta opção por uma prioridade que sentimos deve ser dada a este sector. (...)

Por isso rendemos homenagem ao seu sacrifício, ao sacrifício dos combatentes e deficientes das Forças Armadas Portuguesas, mas saudamos também de uma forma positiva o seu esforço, a sua vontade pessoal, a firmeza das suas convicções e do seu carácter, para reconfigurar a esperança, para enfrentar com determinação a sua própria vida com apoio dos seus amigos e familiares, para voltar a dar um sentido novo à sua existência, e esse é também um triunfo das Forças Armadas e temos orgulho nesse exemplo e por isso lhe lhes dizemos no 33º aniversário da fundação da sua associação: estamos convosco, Portugal não vos esquecerá, o vosso exemplo é um exemplo de grande dignidade, continuem com o vosso trabalho, continuem com vosso esforço e tereis a certeza de que o país não vos abandonará.»

- A visita do Presidente da **Associação Portuguesa Contra a Leucemia** - APCL, Dr. Duarte Lima, a convite da ADFA, que teve como finalidade o conhecimento mútuo de ambas as organizações, tendo sido analisadas hipóteses de realizar acções conjuntas no futuro;

- A **Assembleia Geral Nacional Extraordinária**, de 27 de Outubro, registou uma forte adesão dos associados afirmando, mais uma vez, as elevadas expectativas que depositaram na ADFA como a instituição capaz de defender os seus direitos e garantir um futuro de dignidade no novo ciclo das suas vidas.

Nesta Assembleia foram apresentados dois documentos proposta:

1 – “***Na defesa intransigente dos nossos direitos***”, composto por um elenco de pontos, dos quais se destacam os seguintes:

- «A determinação e o vigor que se vive actualmente na ADFA, aqui bem patenteado nesta AGNE e que só é possível pela participação activa e empenhada dos associados, na defesa de causas ligadas à sua dignidade como cidadãos, que obrigados ao cumprimento do serviço militar adquiriram deficiências de carácter permanente;
- A pronta e adequada resposta dos Órgão Nacionais e das Delegações aos anseios manifestados pelos associados criou um espírito de corpo e de solidariedade, que se reflectiu em toda a vida associativa e que permitiu criar condições para levar à prática a “*Estratégia Reivindicativa*”;

- Reconhecemos a vontade política dos Órgãos de Soberania para corresponderam às nossas expectativas e aguardamos que, a curto e médio prazo, a maioria das nossas propostas sejam acolhidas;
- A Portaria nº 1394/2007, de 25 de Outubro, veio reconfirmar que *“quando do acidente de serviço ou doença profissional resultar incapacidade permanente, o pagamento das despesas de saúde é da responsabilidade do serviço de saúde militar do ramo das Forças Armadas a que pertence o militar incapacitado.”*;
- A concretização de uma das nossas pretensões teve já acolhimento na proposta do Orçamento de Estado – OE para 2008, que prevê a não sujeição a IRS das indemnizações devidas em consequência de lesão corporal, doença ou morte, atribuídas pelo Estado (n.º 1 do art.º 12.º do CIRS), como é o caso das pensões/prestações recebidas pelos deficientes militares, que nos foi comunicada pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, em audiência concedida às Organizações de e para Pessoas com Deficiência, em 12 de Outubro;
- Em resposta às reivindicações da ADFA, o Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar reconheceu a nossa associação, bem como a APOIAR, a Liga dos Combatentes e a APVG como instituições competentes para desenvolver todo o processo de despiste, avaliação, tratamento e encaminhamento dos processos dos ex-combatentes e deficientes afectados pelo *“stress de guerra”*;
- Realçamos como medida especial o reconhecimento pelo Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar - SEDNAM de que o Lar Militar deverá ter como prioridade orientadora e objectiva a prestação de apoio e cuidados a grandes deficientes militares, conforme Despacho de 30 de Maio de 2007;
- A aprovação do Decreto-Lei nº 233/2007, de 19 de Junho, que veio reconhecer a injustiça em que se encontravam os DFA no posto de furriel ‘*em extinção*’, desde Janeiro de 2002, constituiu parte de uma reposição das nossas reivindicações. Sobre esta matéria, a ADFA apresentou junto da Comissão de Reestruturação das Carreiras Militares um Memorando reivindicando que os DFA no posto de furriel ‘*em extinção*’ devem ser posicionados na classe de sargentos, tendo sido

- elaborada uma exposição dirigida ao Provedor de Justiça no sentido de que os efeitos do Decreto-Lei nº 233/2007 retroajam a Janeiro de 2002;
- A ADFA interviu junto da Comissão de Reestruturação das Carreiras Militares com a finalidade de que os direitos dos Deficientes Militares respeitantes ao cálculo e abono de pensão e outros abonos, nomeadamente no âmbito do Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro, mantenham a equiparação aos postos do activo e com base nos 36 anos de serviço;
 - Na reunião do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas/Ministério da Defesa Nacional - CCADFA-MDN, ocorrida no dia 2 de Outubro, a ADFA foi informada que está a ser elaborado um projecto destinado à simplificação e celeridade da tramitação dos processos de qualificação como deficiente militar, prevendo-se como prazo máximo para a resolução dos mesmos o período de dois anos;
 - A situação dos deficientes militares de origem africana que residam nos PALOP e que por razões várias se deslocam a Portugal para reivindicar as reparações morais e materiais a que têm direito e cujos processos se arrastam indefinidamente pelas repartições militares, foi enquadrada pelo Despacho do SEDNAM, de 31 de Julho de 2007, esperando-se que, a curto prazo, seja criado um sistema orgânico e administrativo que salvaguarde os direitos humanos de que são credores por parte do Estado Português;
 - A atribuição do abono suplementar de invalidez aos deficientes militares com menos de 60% de incapacidade, que consta do documento “*Estratégia Reivindicativa*”, não foi ainda objecto de acolhimento por parte do MDN. No entanto, foi aceite o tratamento, por parte do IASFA, de situações, pontuais, de manifesta carência económica.
 - A clarificação do conceito de campanha, consagrado no n.º 2 do artº 1.º do Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro, destinado a eliminar as injustiças na qualificação de deficientes das Forças Armadas, só poderá ocorrer, dentro do actual quadro legislativo, em casos pontuais;
 - A reposição da comparticipação da assistência médica e medicamentosa, a cem por cento, que nos foi retirada pelo Decreto-Lei nº 167/2005, de 23 de Setembro,

não mereceu, ainda, acolhimento por parte do Governo. A ADFA está convicta de que a proposta de alteração ao art.º 14.º do Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro, da iniciativa do então Ministro da Defesa Nacional, Dr. Luís Amado, e que prevê que *“os DFA são ressarcidos, pelos ramos de origem das Forças Armadas, das importâncias suportadas com cuidados de saúde, decorrentes de enfermidades não relacionadas com as lesões que determinaram a deficiência, na parte não participada pelo subsistema de saúde do qual sejam beneficiários, quando: a) os cuidados de saúde sejam prestados por Estabelecimentos do Serviço de Saúde Militar, Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde ou outras entidades quando determinado pelo respectivo Serviço de Saúde Militar; b) os cuidados de saúde digam respeito a assistência medicamentosa”*, venha a merecer aprovação por parte do MDN e Ministério das Finanças.»

2 - ***“Governar a ADFA com os associados, para melhor servir garantindo, assim uma instituição mais solidária e reivindicativa”***, na qual se reconheceu que a DN tem prosseguido com o processo de garantia da qualidade de vida dos seus associados, tendo ficado evidente no decorrer da apresentação do documento *“Estratégia Reivindicativa”*; por parte de todas as entidades contactadas, o reconhecimento inequívoco da justeza e a razão legítima dos direitos exigidos. A ADFA adoptou uma estratégia de comunicação, tendo em conta o esclarecimento de forma clara e verdadeira dos problemas dos deficientes das Forças Armadas, adquirindo o Jornal ELO, nesta linha de valorização, um papel preponderante como veículo imprescindível de primeiro elemento de informação. Um outro ponto da proposta consiste em garantir uma ADFA mais unida e coesa, que respeite a pluralidade e o confronto salutar de ideias e projectos, que privilegie o debate e o compromisso, mas que afirme o primado da vontade da maioria, no total respeito pelo espírito que presidiu à sua fundação, conforme programa eleitoral dos actuais Órgãos Sociais Nacionais - OSN.

Apesar de todo o trabalho desenvolvido, ainda não foram alcançados todos os resultados desejados, nomeadamente ao nível da assistência médica e medicamentosa para os Deficientes Militares e seus Familiares, neste sentido a DN continuará os contactos, exigindo a concretização dos direitos devidos aos deficientes militares.

Foi decidido que a DN proporá à AGNO, de Março de 2008, um agendamento desta matéria se até lá, os principais problemas não forem resolvidos, caso contrário, a ADFa manifestará publicamente o seu descontentamento e indignação.

Reivindicações

Sob o signo da participação associativa cujo slogan é de todos bem conhecido “*governar a ADFa com os associados, para os servir melhor garantindo, assim, uma instituição mais solidária e reivindicativa*”, a DN procurou desenvolver a sua acção que para ser incisiva e eficaz foi alargada e assumida por toda a ADFa.

Nesta sequência, a DN promoveu esforços para apoiar todos os projectos das delegações que visam as parcerias sociais ao nível local, de forma a responder às preocupações dos associados e familiares, apostando na implementação, na sede, de uma equipa técnica multidisciplinar e de âmbito nacional que garanta à ADFa a fundamentação técnica das acções, no novo ciclo que se abre para a instituição. Tendo em conta a complexidade das questões da reabilitação e das reivindicações legislativas, a DN convidou um grupo de associados disponíveis e de reconhecido mérito associativo e que, ao longo dos anos têm dado o melhor contributo para o desenvolvimento da ADFa, para acompanhar e assessorar a DN no equacionamento e desenvolvimento de propostas de estratégia das várias áreas da reabilitação e reivindicação legislativa.

Na dinâmica do ano transacto assumiu relevância extraordinária a aprovação pela AGN, de 31 de Março, do documento “*Estratégia Reivindicativa*”, consubstanciado nas seguintes exigências:

- «O reconhecimento inequívoco da situação específica dos deficientes militares, obrigados ao cumprimento do serviço militar, nomeadamente em situações de risco e perigosidade agravada, como foi o caso da guerra colonial de 1961-1975;
- Que os direitos, duramente conquistados e reconhecidos pelos sucessivos Governos Constitucionais como justas reparações morais e materiais devidas aos deficientes militares, constituem um património de valores cívicos que não podem ser postos em causa por razões sócio-políticas conjunturais;

- Que seja tida em consideração o escalão etário da esmagadora maioria dos deficientes militares, confrontados agora com o agravamento das deficiências e da desagregação das condições sociais e familiares, que exige o respeito daqueles que suportam, desde a sua juventude, um "pesado fardo" e hoje têm direito a encarar com serenidade o último ciclo das suas vidas;
- Que as reparações morais e materiais devidas aos deficientes militares já consagradas em lei e pagas a título de pensão com carácter indemnizatório, não sejam entendidas como fonte de rendimentos;
- Que o n.º 2, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, seja regulamentado com carácter de urgência, tendo em conta o agravamento das deficiências provocadas pelo avançar da idade que já exige o apoio domiciliário e o internamento em estabelecimentos apropriados, conforme o desejo manifestado pelos deficientes militares;
- Que aos deficientes militares em serviço, com menos de 60% de desvalorização, seja atribuído o abono suplementar de invalidez, como compensação da degradação das suas pensões;
- Que seja reposta, de imediato, a assistência médica e medicamentosa que vigorava antes da publicação do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 Setembro;
- Que os associados de origem africana que residem nos PALOP e que por razões várias se deslocam a Portugal para reivindicar as reparações morais e materiais a que têm direito e cujos processos se arrastam indefinidamente pelas repartições militares, sejam tratados com dignidade no quadro dos direitos humanos de que são credores por parte do Estado Português;
- Que a ADFA na sua qualidade de Organização Não Governamental - ONG, seja reconhecida pela Rede Nacional de Apoio - RNA, como instituição competente para desenvolver todo o processo de despiste, avaliação, tratamento e encaminhamento dos processos dos ex-combatentes e deficientes afectados pelo Stress de Guerra;
- Que seja equacionada toda a problemática relacionada com as viúvas dos deficientes militares no sentido de melhorar a sua qualidade de vida, reconhecendo o papel indispensável que desempenharam ao longo da vida, substituindo-se em muito aos deveres do Estado perante aqueles que se deficientaram no cumprimento do serviço militar obrigatório;

- Que a assistência médica, medicamentosa e ajudas técnicas sejam garantidas pelos três ramos da Forças Armadas em tempo útil e com qualidade;
- Que o conceito de serviço de campanha consagrado pelo nº 2, do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro, seja objecto de clarificação (interpretação), no sentido de eliminar as injustiças na qualificação de Deficientes das Forças Armadas;
- Que aos militares empenhados hoje nas acções de promoção da paz e de cooperação, sejam salvaguardados os mesmos direitos já adquiridos pelos deficientes das Forças Armadas.»

A DN exigiu a reposição dos direitos à **Assistência Médica e Medicamentosa**, que foram retirados pelo Decreto Lei nº 167/2005, de 23 Setembro, tendo solicitado informações sobre o estado em que se encontra a proposta de Decreto Lei, para aditamento ao artigo 14º, do Decreto Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro, destinado a conceder assistência médica, medicamentosa e protésica, para todas as situações referentes à saúde dos Deficientes das Forças Armadas.

A **aprovação da Portaria nº 284/2007, de 12 de Março**, veio permitir que as esposas dos titulares da ADM passassem a ter direito a inscrever-se neste subsistema.

A ADFA empenhou-se para que o **CCADFA** funcione sempre que necessário, com a finalidade de se assumir como interlocutor técnico privilegiado junto do MDN, para equacionar e apresentar propostas que garantam, a todo o tempo, a qualidade de vida dos deficientes militares, nas áreas da responsabilidade daquele Ministério.

Foram realizadas duas reuniões do CCADFA, uma a 27 de Março e outra a 2 de Outubro. Na reunião de 27 de Março, a ADFA apresentou várias questões legislativas que considera prementes e que fazem parte de alguns dossiers que se encontram no MDN, havendo a destacar:

«**1 – Reconhecimento da especificidade dos direitos dos deficientes**

- Explicação genérica sobre a actual situação dos deficientes militares;
- DL 43/76, de 20JAN;
- Situação dos deficientes em serviço;
- Situação das viúvas;
- Situação dos cidadãos de origem africana que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas portuguesas.

2 –Projectos

- Lar Militar;
- Seminário sobre a saúde militar na área relativa aos deficientes militares;
- ADFA - Rede Solidária;
- Reinstalação da Delegação da ADFA em Coimbra;
- Projecto Centro de Apoio Integrado do Porto;
- Continuação do processo destinado à criação do Centro de Reabilitação dos Açores;
- Reanálise do dossier referente à Quinta das Camélias.»

Em 2 de Outubro, a ADFA formalizou ao CCADFA as reivindicações constantes do documento “*Estratégia Reivindicativa*”

«1 - Decreto Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro:

- a) Regulamentação do nº 2, do artigo 5º tendo em conta, nomeadamente, o agravamento das deficiências provocadas pelo avançar da idade que já exige apoio domiciliário e o internamento em estabelecimentos apropriados, conforme o desejo manifestado pelos deficientes militares;
- b) Clarificação (interpretação) do **conceito de serviço de campanha** consagrado pelo nº 2, do artigo 1º, no sentido de eliminar as injustiças na qualificação de Deficientes das Forças Armadas;
- c) Salvaguarda da legislação referente ao **cálculo e actualização das pensões dos deficientes militares:**
 - Solicitação da ADFA para que o CCADFA intervenha junto do Presidente do Grupo de Trabalho para a Reestruturação das Carreiras e Vencimentos dos Militares das Forças Armadas, no sentido de serem acautelados na nova ‘reestruturação’ os direitos dos Deficientes das Forças Armadas atrás consignados;
- d) **Aplicação da Lei 53-B/2006, de 29 de Dezembro**, que está a colidir com o estipulado na legislação aplicável aos deficientes militares que prevê o cálculo do abono suplementar de invalidez e da prestação suplementar de invalidez com base na remuneração mínima mensal garantida;

e) **Adaptação automóvel dos deficientes militares**, artigo 15º, nº 3, do Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro;

2 - Contributo da ADFA no sentido em que a **Lei 22-A/2007, de 29 de Junho**, não ponha em causa os princípios da reabilitação e inserção dos deficientes militares.

3 - Entendimento da ADFA relativo ao **Despacho do SEDNAM, de 31 de Agosto de 2007**, que vem ao encontro das preocupações da ADFA nesta matéria que, no seu documento Estratégia Reivindicativa, refere no ponto 8 *“Que os associados de origem africana que residem nos PALOP e que por razões várias se deslocam a Portugal para reivindicar as reparações morais e materiais a que têm direito e cujos processos se arrastam indefinidamente pelas repartições militares, sejam tratados com dignidade no quadro dos direitos humanos de que são credores por parte do Estado Português”*

4 - Assistência Médica e Medicamentosa devida aos deficientes militares:

a) Reposição da assistência médica e medicamentosa que vigorava antes da publicação do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 Setembro;

- Ante-Projecto de diploma que estende o âmbito da assistência na doença aos deficientes militares, proposto pelo MDN.

b) Garantir a qualidade, em tempo útil, da assistência médica, medicamentosa e ajudas técnicas, prestada pelos Hospitais Militares dos três ramos das Forças Armadas, aos deficientes militares.

- Atribuição de verbas específicas aos Hospitais Militares para aquisição de próteses, ortóteses e outras ajudas técnicas, em tempo útil e com qualidade;

-A ADFA, com a colaboração do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia –CRPG, colocou já esta questão ao HMP.

5 - Elaboração de **proposta de diploma** destinada a atribuir aos deficientes militares em serviço com menos de 60% de desvalorização o abono suplementar de invalidez, como compensação da degradação das suas pensões.

6 - Elaboração de diploma que preveja que as reparações morais e materiais devidas aos deficientes militares, já consagradas em lei e pagas a título de pensão com carácter indemnizatório, não sejam entendidas como fonte de rendimentos.

7 - Lar Militar:

- a) Implementação do Despacho do SEDNAM, de 31 de Maio de 2007, Dr. João Mira Gomes;
- b) Explicação pela Direcção Nacional da ADFA relativa a todas as diligências efectuadas, nomeadamente, junto da Direcção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa, Direcção do Lar Militar e Secretaria de Estado da Defesa Nacional, bem como apresentação do documento “*Posição dos Órgãos Nacionais da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, sobre o Despacho do SEDNAM, de 31 de Maio de 2007*”.

8 - Realização da Conferência sobre Saúde Militar “A ADFA e os Serviços de Saúde Militares –História de Uma Longa Relação –Presente e Futuro ”, que será presidida pelo Ex.mo Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Valença Pinto;

9 - Informação sobre a realização em Portugal da 21ª Reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus –CPAE, da FMAC, a realizar em Lisboa, de 7 a 12 de Abril de 2008, tendo Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Severiano Teixeira acedido ao nosso convite para presidir à Sessão Solene;

10 - ADFA –Rede Solidária:

- a) Explicação da Direcção Nacional da ADFA sobre o ponto de situação em que se encontra o desenvolvimento deste projecto;
- b) Apresentação do orçamento rectificativo;
- c) Pedido à DGPRM de apoios técnicos e financeiros para a realização deste projecto.»

A **Comissão Parlamentar de Defesa Nacional**, bem como os deputados que dela fazem parte, consideraram legítimas as reivindicações da ADFA, com especial enfoque na reposição da assistência médica e medicamentosa gratuita a todos os deficientes militares e que a aprovação desta legislação, constituiria um sinal político inequívoco da assunção do Governo - MDN e Ministério das Finanças, dos direitos inalienáveis dos deficientes militares.

A ADFA definiu, conjuntamente com a Direcção dos Serviços de Pessoal, procedimentos com aquela Direcção, no sentido de agilizar processos nas áreas da assistência social militar e atendimento aos **associados de origem africana**, por forma a solucionar

eficazmente as situações graves em que vivem aqueles deficientes em Portugal, as quais não podem ser ignoradas.

Foi endereçada ao SEDNAM, uma exposição no sentido de ser revogado o n.º 3, do art.º 2.º, do **Decreto-Lei n.º 319/84** (Decreto-Lei dos Milícias), com a finalidade de poder ser requerido, a todo o tempo, ou se assim não se entender, a abertura do prazo, nunca inferior a um ano, para se obter a qualificação dos milícias como deficientes das Forças Armadas previsto, pelo artigo 1.º daquele diploma.

Na sequência das questões relacionadas com a **abolição de benefícios fiscais**, promovida pelo OE para 2007, a ADFA reivindicou que as pensões e outros abonos recebidos pelos deficientes militares fossem isentos de IRS, atendendo ao seu carácter indemnizatório. O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, em reunião pública de 12 de Outubro de 2007, informou que esta pretensão da ADFA tinha sido acolhida, através do n.º 1, do artigo 12.º, do CIRS, integrado no OE para 2008, que refere “*O IRS não incide, salvo quanto às prestações previstas no regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro, na sua redacção actual, sobre as indemnizações devidas em consequência de lesão corporal, doença ou morte, pagas ou atribuídas: a) Pelo Estado (...)*”; onde se integram os deficientes militares e que, por tal facto, a Caixa Geral de Aposentações - CGA deixaria de efectuar a retenção na fonte das pensões dos deficientes militares.

A DN enviou à **Comissão de Reestruturação das Carreiras e Vencimentos dos Militares das Forças Armadas** um documento enquadrador dos direitos dos deficientes das Forças Armadas, de modo a salvaguardar a legislação referente ao cálculo e actualização das pensões dos deficientes militares. Este documento traduz a posição da ADFA relativamente à garantia dos direitos dos deficientes militares, designadamente, a equiparação das pensões aos vencimentos e outros abonos dos militares no activo.

Relativamente à área da **Saúde Militar**, a DGPRM aceitou, de bom agrado, a proposta da ADFA para a realização de uma conferência, a efectuar-se no próximo ano, destinada a efectuar o levantamento das respostas já existentes nas áreas da saúde dos três ramos e outros serviços, e provocar as sinergias entre os vários serviços que potenciem uma melhor qualidade na prestação dos mesmos, e um conhecimento mais próximo dos direitos que assistem aos deficientes militares. A conferência intitulada “*A ADFA e os*

Serviços de Saúde Militar: história de uma longa relação, presente e futuro”, que no decorrer do ano de 2007 começou a ser delineada, irá ter em consideração os trabalhos referentes à reforma do sistema de saúde militar, previstos pelo Despacho conjunto nº 393/2006 e Despacho nº 26276/2007, de 16 de Novembro. A ADFA pretende com esta conferência balizar os seus objectivos numa óptica da definição e adopção das políticas de saúde militar, no que concerne à especificidade dos deficientes militares e suas famílias.

Ainda no campo da saúde a ADFA intercedeu, junto do CEME, no sentido de um adequado processo de inclusão dos deficientes militares, com especial realce para a questão da assistência médica e no fornecimento de próteses, no que concerne à relação daqueles com o Hospital Militar, nomeadamente na marcação de consultas, tratamentos, ajudas técnicas, entre outras. Questões que a ADFA tem vindo a reivindicar e que constam das suas grandes preocupações.

A ADFA apresentou ao CEME algumas preocupações relacionadas com a **transferência dos Serviços da DAMP** para o Porto, para o Comando de Pessoal da Direcção de Administração de Recursos Humanos - DARH, que estão a dificultar a obtenção, atempada, dos cartões dos deficientes militares, bem como a emissão de declarações referentes aos direitos e benefícios dos deficientes das Forças Armadas. Por sua vez, o CEME manifestou preocupação no sentido de serem encontradas respostas mais expeditas que passarão, nomeadamente, pela criação da Loja do Cidadão Militar em Lisboa e disponibilizando-se para receber, da ADFA, um Memorando explicativo desta situação.

A ADFA elaborou, também, uma exposição sobre a **redução de 50% nos voos de cabotagem da TAP**, que a DN endereçou aos Ministros da Defesa Nacional e das Obras Públicas e Comunicações e ao Provedor da Justiça, por forma a haver uma clarificação deste assunto.

Reabilitação e Projectos

Santa Casa da Misericórdia

Na área da reabilitação a ADFA assinou um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa –SCML, em 17 de Janeiro, com o objectivo de desenvolver acções no âmbito da temática da deficiência e da incapacidade, visando a promoção da inclusão social e a defesa dos direitos das pessoas com deficiência ou incapacidade. Esta cooperação iniciou-se com a formação de prestadores de cuidados informais, no âmbito da experiência na área de deficiência, através da organização de encontros ou palestras em Equipamentos/Serviços da SCML.

No âmbito deste protocolo a ADFA obriga-se, perante a SCML, a:

- Ceder o seu Auditório Jorge Maurício sempre que esta instituição ou algum dos seus Equipamentos/Serviços dele necessitarem, sem prejuízo do seu funcionamento;
- Disponibilizar a utilização dos serviços de bar e restaurante, na sequência de eventos organizados pela SCML e que ocorram nas instalações da ADFA;
- Ceder a carrinha de grandes deficientes sempre que aquela instituição o solicitar, em consonância com a disponibilidade dos serviços da ADFA;
- Permitir o acesso dos utentes da SCML às valências dos serviços clínicos da ADFA, de acordo com os horários e em função da tabela de participações em vigor na SCML;
- Permitir o acesso dos utentes daquela instituição, nomeadamente da Direcção de Acção Social Norte da SCML, ao Centro de Recursos que prevê criar no ano de 2007 conjuntamente com a Fundação PT;
- Prestar apoio aos utentes da SCML, no âmbito da leitura áudio ou digital, a deficientes e idosos, em articulação com as bibliotecas sonoras e o Gabinete de Referência Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, propondo-se efectuar os empréstimos através da requisição das obras e envio de cecogramas sempre que os utentes o solicitem e de acordo com a disponibilidade do Centro de Documentação e Informação da ADFA;
- Dar conhecimento à SCML das conclusões dos trabalhos realizados pela ADFA no âmbito e na temática da deficiência e da incapacidade;

- Garantir uma articulação estreita com a rede de voluntários daquela instituição, através do voluntariado, no âmbito do projecto de dinamização sócio cultural, visitas hospitalares e domiciliárias.

Para o desenvolvimento destas acções de cooperação a SCML atribuiu à ADFa um subsídio no montante de 77.000,00€

Rede Nacional de Apoio - Stress de Guerra

Foi assinado, a 21 de Novembro, uma alteração ao protocolo de cooperação já existente com o MDN, que veio permitir o preenchimento do Modelo 2, possibilitando, para além da identificação e encaminhamento dos pacientes, para a Rede Nacional de Apoio - RNA aos militares e ex-militares portugueses portadores de perturbação psicológica crónica, resultantes da exposição a factores traumáticos de stress durante a vida militar, veio, também, possibilitar a prestação de serviços de apoio médico, psicológico e social a este grupo alvo e seus familiares, com o intuito de os reabilitar e reintegrar socialmente.

No âmbito do Protocolo com a RNA, a ADFa organizou dois seminários intitulados “*Stress Pós-Traumático de Guerra*”, que contaram com a cooperação com a Direcção da Delegação de Viseu, com o apoio dos Pólos da Delegação do Porto e da Sede Nacional e um outro com a colaboração da Delegação de Castelo Branco.

A ADFa enviou relatórios mensais de actividades de todos os actos médicos praticados pelo Pólo de Lisboa e Porto, para a Comissão de Acompanhamento da RNA, no MDN, que fez um total de 986 consultas.

Projecto ADFa –Rede Solidária

Este projecto começou a ser desenvolvido em parceria com o Instituto Superior de Psicologia Aplicada –ISPA, cujo protocolo foi subscrito pelas duas instituições, em 17 de Maio de 2006, e conta com a coordenação científica do Director da Licenciatura em Reabilitação e Inserção Social, Professor Doutor Arménio Sequeira.

Este estudo tem como objectivos conhecer onde e como estão os associados da ADFa, a sua saúde, apoio social, ocupação, necessidades e capacidades, satisfação e bem-estar, implicação para a mudança pessoal, associativa e comunitária.

O presente estudo pretende englobar uma amostra de 8600 pessoas (associados e familiares), tendo como objectivo a garantia da representatividade em todos os concelhos, assim, os que tinham cinco ou menos participantes foram todos solicitados a participar e naqueles em que residiam seis ou mais associados, a definição dos participantes foi determinada por percentagens representativas e aleatórias.

No quadro da missão estabelecida e face aos objectivos do estudo foram definidas as variáveis demográficas, saúde e percepções de saúde, apoio social e familiar, ocupação, necessidades e capacidades, satisfação, bem-estar e percepções de satisfação e de bem-estar, disponibilidade e implicação para a mudança pessoal, associativa, social e comunitária. Variáveis estas que fazem parte do instrumento de trabalho de investigação (questionário), que foi elaborado numa colaboração conjunta entre os técnicos da ADFa e do ISPA e associados.

Ficou determinado que para além da aplicação do questionário se iria utilizar a técnica do Focus Grupo, em cada uma das delegações, a cerca de quinze associados e familiares, a serem orientados pelo coordenador científico do projecto e um investigador, visando analisar localmente as necessidades e possíveis respostas específicas.

A análise estatística aprofundada das diferentes variáveis, individualmente e em grupo, tem como objectivo definir grupos de variáveis capaz de permitir compreender ou explicar os mais relevantes aspectos de necessidades e respostas indicadas por concelho, núcleo, delegação e a nível nacional.

O projecto foi orçamentado em cento e noventa e oito mil e oitocentos euros (198.800,00€), tendo, inicialmente, contado com uma parte do apoio efectuado pela SCML.

Em Novembro de 2007, a ADFa deu início à aplicação dos questionários a nível nacional.

Rede Social

A ADFa aderiu, em 14 de Abril de 2007, à Rede Social - Conselho Local de Acção Social –CLAS, coordenado por uma comissão tripartida, constituída pela SCML, Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa e Câmara Municipal de Lisboa. No âmbito da

Rede Social e, de acordo com o Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho, cujos objectivos consistem no combate à pobreza e à exclusão social, na promoção do desenvolvimento e planeamento social integrado, no acompanhamento e avaliação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão –PNAI, na promoção da igualdade de género constante do Plano Nacional para a Igualdade – PNI, na garantia da eficácia dos equipamentos sociais das organizações ao nível local e na criação de canais regulares de comunicação e informação entre parceiros e a população em geral, fins com os quais a ADFa está em consonância.

Centro de Reabilitação dos Açores

Quanto ao Projecto do Centro de Reabilitação dos Açores, a ADFa solicitou ao MDN, nomeadamente da Direcção Geral de Infra-Estruturas do Exército, a cedência do denominado terreno de Belém (Grupo de Artilharia e Guarnição nº 1 –Belém –Ponta Delgada), que reúne as condições para instalar aquela infra-estrutura. Esta questão não foi atendida pelo MDN, uma vez que *“cedência do património imobiliário –PM 55/Ponta Delgada –Quartel de Belém, a título gracioso, uma vez que, a legislação que rege o património imobiliário inadequado e excedentário do Estado afecto à Defesa Nacional, impede liminarmente tal desiderato”*.

Apesar da impossibilidade da cedência das instalações por parte do MDN, a ADFa procurará, em 2008, outras soluções.

Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa - LMCVP

A ADFa congratulou-se com a aprovação do despacho do SEDNAM, de 31 de Maio, o qual inequivocamente aponta para uma apresentação de um projecto global daquele equipamento social, visando as valências de reabilitação, residência temporária e residência permanente e a criação de um Centro de Reabilitação. Nesta perspectiva a ADFa manifestou, também, interesse em cooperar activamente no projecto de desenvolvimento do Lar Militar, desde que, sejam salvaguardadas, em todas as circunstâncias, o direito dos deficientes militares ao internamento naquela Instituição, de acordo com o Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro.

Foi entendimento da Secretaria de Estado da Defesa Nacional que *“para uma melhor apreciação dos projectos apresentados pela CVP convirá convocar uma reunião do Conselho Consultivo do LMCVP”*; no sentido de dar cumprimento ao Despacho, de 18 de Junho de 2006, devendo a CVP solicitar ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - MTSS uma avaliação das infra-estruturas e valências existentes, devendo ter como princípio orientador o objecto do Lar, ou seja a prestação de apoio e cuidados a grandes deficientes militares, devendo este princípio estar subjacente ao projecto de criação de um Centro de Reabilitação.” *A este propósito convirá explorar com a ADFA um modelo de parceria e a criação de valências semelhantes ao existente no Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.”*

No âmbito da posição da ADFA em relação ao Lar Militar foi relevante em 2007, a tomada de posição dos Órgãos Sociais Nacionais - OSN, que através de documento próprio assumiram nomeadamente as seguintes posições:

«- Profunda preocupação pelo modo como tem funcionado o Lar, numa lógica de mero assistencialismo, desprovido de um projecto técnico de apoio a grandes deficiente, desfasado do previsto no Regulamento do Lar Militar, o qual, apesar de conter uma filosofia que carece de actualização na sua formulação conceptual e técnica, previa, de qualquer modo, apoios que não estão a ser assegurados;

- O projecto e filosofia do Lar deveriam ser actualizados para assegurar um apoio qualificado a grandes deficientes militares dependentes, num contexto de residência assistida, assegurando cuidados de reabilitação de manutenção, garantindo os mais elevados níveis de qualidade de vida possíveis aos residentes;

- Tal estratégia implica, de facto, alterações significativas ao nível das instalações, da lógica de funcionamento, da constituição da equipa técnica, das dinâmicas de gestão, alterando completamente o actual modelo de funcionamento, o qual preocupa profundamente a ADFA e também o MDN;

- A ADFA entende que, quaisquer desenvolvimentos que possam ocorrer no Lar que, não pondo em causa a sua missão, possam mesmo contribuir para a necessária e desejada alteração significativa do seu modelo de funcionamento (acoplando-lhe uma componente de reabilitação), poderão constituir uma mais-valia em primeiro lugar para os deficientes militares, e para outras pessoas com deficiências;

- Nesse contexto, a dinâmica de criação de um centro de reabilitação deveria ainda incluir as componentes de reabilitação funcional e de ajudas técnicas para apoiar todos os deficientes das forças armadas que necessitam desses apoios, esses e outros também disponíveis para pessoas com deficiência que deles necessitassem;

- A ADFA considera que seria fundamental a estabilização de um entendimento entre o MDN e as partes interessadas sobre estas matérias através de um acto formal de protocolo, bem como entende que deveria ser assegurada a sua participação num órgão de supervisão de definição da estratégia e da gestão daquela estrutura, de modo a que possa acautelar os interesses que representam, a todo o tempo.»

A reunião do Conselho Consultivo do Lar Militar Cruz Vermelha Portuguesa, de 18 de Outubro, que contou com a participação activa da ADFA, assumiu os novos princípios enquadramentos dos despachos do SEDNAM anteriormente referidos, esperando-se que, em 2008, se concretize o início do projecto de renovação e qualificação, capaz de dar resposta às necessidades de internamento e reabilitação dos deficientes militares.

Hospital Militar Principal

A ADFA estreitou, junto do Director do Hospital Militar Principal –HMP, a colaboração desta instituição para reforçar, ainda mais, as relações existentes entre ambas e, em particular, dar a conhecer as preocupações da ADFA em relação à atribuição de próteses e outras ajudas técnicas, dando assim cumprimento ao delineado no nº 11 da “*Estratégia Reivindicativa*”, aprovada na Assembleia Geral Nacional Ordinária, de 31 de Março.

Com a visita ao CRPG do Director do HMP, Tenente General Lopes Henriques, a convite da ADFA, em 19 de Junho, iniciou-se uma cooperação entre estas entidades, com o intuito de cooperar futuramente numa colaboração directa, nomeadamente, na área das ajudas técnicas, próteses e ortóteses, tendo em conta o nível de excelência que este Centro atingiu a nível europeu, com a marca Europeia de qualidade em Reabilitação, atribuída pelo European Platform for Rehabilitation.

Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa –Clube Sénior

A DN efectuou a candidatura, em parceria com a Delegação de Lisboa, para o desenvolvimento do Projecto de Acção Social denominado Clube Sénior, em 2 de Maio,

que assenta na criação de um espaço que permita o desenvolvimento de actividades ocupacionais, destinado a deficientes militares e civis.

O Instituto de Segurança Social informou a DN que a possibilidade de financiamento do projecto só poderá vir a ser contemplado no orçamento de 2008.

A ADFA e a Sociedade da Informação

No âmbito da Sociedade da Informação a ADFA desenvolveu um conjunto de iniciativas, de que se destacam os protocolos estabelecidos, a remodelação do equipamento informática a nível nacional, a remodelação da página da ADFA na Internet e o Projecto Cyber-Esquina.

A ADFA assinou com a **Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação – FDTI**, um protocolo que permite a que todos os cidadãos, incluindo os que têm necessidades especiais, independentemente do seu nível sócio-cultural, tenham acesso igualitariamente às potencialidades que a sociedade da informação oferece, eliminando os obstáculos à integração e participação plena no mercado de trabalho, procurando responder não só às dificuldades que estas pessoas encontram na utilização destas tecnologias e serviços, mas também criar novas possibilidades de vencer barreiras do meio envolvente e/ou social até aqui inultrapassáveis.

De acordo com o protocolo estabelecido, em 2006, foi implementado com a **Fundação Portugal Telecom**, a instalação de um gabinete de apoio aos cidadãos com necessidades especiais na sede nacional da ADFA e na Delegação de Bragança, denominado **Quiosque PT** e um outro no Lar Militar dotado de software acessível a grandes deficientes permitindo interagir num ambiente virtual denominado Second Life.

A ADFA colaborou no **Projecto Biblioteca Aberta no Ensino Superior - PBAES**, a convite do Núcleo de Apoio ao Estudante - NAE da Universidade de Évora, que teve como objectivo fundamental a definição de regras de correcção em material alternativo. A participação da ADFA foi proposta pela **Agência para a Sociedade do Conhecimento – UMIC**, visto possuir o espólio áudio proveniente do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo que poderá integrar o projecto.

Foi criada uma nova **página na Internet** dispondo de base de dados SQL de ultima geração, com uma zona de administração por zonas temáticas, como por exemplo os serviços jurídicos, serviços clínicos, ADFA-CAR, apoio ao associado, informações úteis, votação de questão semanal, colocação de documentos banner publicitário de promoção a evento pontual, colocação on-line de vídeos e documentos em formato acrobat reader, Word, etc, pesquisa de palavras chave, registo para utilizadores, e zonas de conteúdos restritos somente a utilizadores registados e com autorização do administrador.

Ao nível das delegações a ADFA participou, no âmbito da linha de financiamento **Inclusão Digital**, uma iniciativa da UMIC e POSC, numa conferência, em Leiria, que contou com o apoio da European Design for All Network (EDeAN), no qual apresentou o **Projecto Cyber-Esquina**, cujos objectivos consistem na implementação do sistema de vídeo-chamada para as delegações. Para um sistema gratuito de comunicação entre computadores em formato de vídeo simultâneo com chamada telefónica de excelente qualidade; na actualização das licenças nacionais dos sistemas operativos; na instalação de uma UPS, sistema alternativo de fornecimento e de estabilização de energia ao servidor WEB nacional; na implementação e actualização dos sistemas de digitalização a instalar nas Delegações; na actualização das Workstations nas Delegações; no desenvolvimento de novas funcionalidades existentes no GIS e na modernização da plataforma tecnológica do GIS.

Procedeu à actualização de parte do **equipamento informático**, dando assim cumprimento ao programa eleitoral, que no âmbito da estratégia da DN apontava para a modernização do mesmo. Desta forma, foram instalados novos equipamentos nas delegações de Bragança, Castelo Branco, Évora, Funchal, Ponta Delgada, Vila Nova de Famalicão e Viseu. Ao nível das delegações foi instalado o sistema de vídeo-chamada, com um sistema gratuito de comunicação entre computadores em formato de vídeo simultâneo com chamada telefónica de excelente qualidade. Este sistema disponível em todas as delegações, veio permitir a comunicação gratuita entre a sede nacional da ADFA e os associados.

Procedeu-se à instalação do **Sistema PORBASE 5**, com o objectivo de satisfazer os requisitos de gestão bibliográfica do Centro de Documentação e Informação - CDI, que passou a funcionar através de um interface amigável, em ambiente Windows, para tal

foram adquiridos os módulos de catalogação e pesquisa local (CATWIN e PACWIN), já em funcionamento, e o de pesquisa, para a Internet (PACWEB), que será futuramente utilizado na página da ADFa.

Foi criado o **ELO Digital**, disponibilizando, em tempo real, on-line pela Internet, a agenda, os acontecimentos, os eventos, os documentos diversos, as fotografias e as notícias da vida associativa da ADFa.

Economia, Pessoal e Património

A ADFa, em 2007, contou fundamentalmente com duas fontes de receitas, o subsídio provenientes do MDN, no valor de 479.758,00€ e as quotizações dos associados no montante de 369.481,60€

Gestão de Pessoal

No âmbito da gestão de pessoal a ADFa promoveu quatro estágios profissionais, em parceria com o IEFp, entre os quais o de Secretária de Direcção, de Técnica de Reabilitação e Inserção Social, de escriturário e um outro profissional para a área da restauração, este em parceria com a CRINABEL. Acrescenta-se que destes estágios, dois foram/são financiados em 67% pelo IEFp e dois a 100%, correspondendo dois deles a lugares cujos anteriores trabalhadores rescindiram contrato de trabalho com a ADFa.

Com esta reorganização reduziu-se um posto de trabalho a 50% do seu horário.

Estágios

Foram orientados vários estágios na ADFa, sendo de destacar os seguintes:

- Um estágio na área da Implementação/Gestão de Sistemas de Segurança e Higiene do Trabalho;
- Um estágio na área da Segurança e Higiene no trabalho promovido pelo IEFp;
- Um estágio do Curso de Reabilitação e Inserção Social, do ISPA;
- Um estágio em Serviço Social, da Universidade Católica;
- Dois estágios de fim de curso, a alunos da licenciatura de Psicologia Clínica.

Património

Na gestão do serviço de património foi assegurado o transporte semanal de utentes da SCML, com uma frequência mínima de duas deslocações semanais, o transporte aos associados da Delegação de Lisboa que frequentam as aulas de natação na Piscina do Oriente, as actividades de Desporto da Delegação de Évora através da disponibilização das viaturas Renault Traffic e Fiat Ducato aquela delegação. Assegurou, também, as deslocações da DN, da Delegação de Lisboa e o serviço externo dos departamentos e serviços da sede.

Relativamente ao Auditório Jorge Maurício, durante o ano de 2007, foi cedido para vários eventos, entre os quais os do Condomínio do Parque das Conchas, a SCML, DN e Delegação de Lisboa.

Segurança

Os serviços de vigilância asseguraram as actividades inerentes ao controlo de entradas e saídas, apoiaram os utentes de cadeira de rodas, facilitando a suas entradas e saídas das viaturas e prestaram, também, apoio ao serviço de Recepção/Telefonista sempre que tal se tornou necessário.

Quinta das Camélias

Após levantamento da situação em que se encontra a Quinta das Camélias, antigo Quartel da EPAM, a DN adoptou como base de trabalho para o desenvolvimento de acções, em 2008, o relevante parecer/estudo elaborado pelo Conselho Fiscal Nacional - CFN, que aponta, entre outras medidas, as seguintes:

- «- Urge recuperar a Quinta das Camélias conforme o acordo estabelecido com o MDN;
- Promover contactos institucionais com a máxima urgência com a finalidade de se encontrar de imediato solução, para cumprir integralmente o acordo que passa também por negociar o pagamento da dívida vencida bem como a dívida a vencer, se esse for o objectivo de encontro com os superiores interesses da ADFA;
- Implementar uma gestão com maior racionalidade económica virada para resultados financeiros que assegurem sua auto-sustentação, bem como lucros em vez dos prejuízos,

que actualmente se verificam de forma a rentabilizar aquele recurso, sem perder de vista os aspectos solidários e humanistas intrínsecos à actuação corrente;

- No âmbito da Auditoria a realizar pela empresa de auditores KPMG aos serviços da ADFA, sugere-se especial enfoque a esta situação.»

Edifício Sede Nacional

Foi efectuado um levantamento do estado de conservação das instalações do edifício da sede nacional, tendo-se constatado carecer o mesmo de obras urgentes de manutenção nas áreas exteriores, coberturas e manutenção de interiores. Dados os graves constrangimentos financeiros não foi possível, em 2007, adoptar um projecto de obras de manutenção, o que terá que ser assumido, em 2008, com o recurso a apoios externos como seja a Câmara Municipal de Lisboa - C.M.L. e outros.

Tipografia –Escola

A Tipografia-Escola da ADFA continuou a exercer as suas actividades em instalações cedidas provisoriamente pelo MDN, sitas no Largo do Outeirinho da Amendoeira (Campo de Santa Clara), que pela sua localização constituem um grande entrave ao desenvolvimento das suas actividades. Apesar deste constrangimento a Tipografia – Escola da ADFA continua a ser uma actividade rentável para a nossa associação, devendo, no entendimento da DN, diligenciar-se, em 2008, no sentido de se encontrar instalações mais funcionais e que permitam o desenvolvimento sustentado deste centro produtivo.

Relações da ADFA com os Órgãos de Soberania

A ADFA privilegiou, em 2007, o contacto com todos os Órgãos de Soberania, tendo como pano de fundo a dinâmica do processo reivindicativo iniciado na AGN, de 31 de Março.

Presidência da República

- O Presidente da DN e representantes dos Órgãos Sociais das Delegações participaram activamente na Conferência “*Compromisso Cívico para a Inclusão*”, promovida pelo Presidente da República e na qual foi estabelecido contacto com o Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso.

- Audiência concedida à DN, em 20 de Novembro, na qual o Presidente da República se solidarizou com a ADFA, nomeadamente, com as preocupações relacionadas com as graves penalizações legislativas que afectam os deficientes das Forças Armadas. Incentivou a ADFA, no sentido de nunca esmorecer na defesa da inclusão dos deficientes militares ou seja, na salvaguarda da qualidade de vida e da dignidade, que os valores por eles representados merecem por parte do Estado. A ADFA recebeu, da parte do Presidente da República, a garantia de utilizar a sua magistratura de influência na reposição a 100% da assistência médica e medicamentosa aos deficientes militares, retirada pelo Decreto-Lei nº 167/2005, empenhando-se igualmente na aplicação do aprovado no Orçamento de Estado para 2008 em matéria fiscal, do nº 1 do artº 12º do CIRS, que isenta de IRS as pensões dos deficientes militares.

Nesta audiência o Senhor Presidente da República aceitou o nosso convite para aceitar a ADFA, em 2008.

A DN realça a inestimável contribuição do Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Carvalho dos Reis, na apresentação dos dossiers dos deficientes militares ao Presidente da República.

Presidente da Assembleia da República

- A ADFA participou, a convite do Presidente da Assembleia da República, nas comemorações oficiais do 33º Aniversário do 25 de Abril.

- Em 26 de Abril e Outubro a DN foi recebida em audiência pelo Senhor Presidente da Assembleia da República, que se inteirou de todo o processo de inclusão dos deficientes militares, com realço para as questões reivindicativas que estavam/estão na agenda do dia.

Ministério da Defesa Nacional

- Audiência com o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Severiano Teixeira, em 9 de Agosto, na qual a ADFA entregou o documento “*Estratégia Reivindicativa*” e manifestou alto interesse de apresentar em audiência ao Senhor Primeiro Ministro as legítimas aspirações dos deficientes militares em relação aos seus direitos. A DN da ADFA aproveitou a audiência para informar o Senhor Ministro da Defesa Nacional do dossier a apresentar ao Senhor Presidente da República. Na mesma audiência a ADFA convidou o Senhor Ministro da Defesa Nacional para presidir à 21ª CPAE.
- A ADFA manteve permanentemente informado o SEDNAM, sobre as reivindicações dos deficientes militares materializadas nas Assembleias Gerais de 31 de Março e de 27 de Outubro, em audiências concedidas, em 13 de Fevereiro, 18 de Junho e 29 de Novembro.

Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais

- Na audiência com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João Amaral Tomás, em 4 de Junho, foi entregue a “*Estratégia Reivindicativa*”; com enfoque na isenção de IRS das pensões recebidas pelos deficientes militares.

Secretaria de Estado da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

- O Assessor da Secretária de Estado da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Dr. Marco Cristóvão, recebeu a ADFA, em 29 de Junho, tendo-lhe sido entregue o documento “*Estratégia Reivindicativa*” e solicitado o empenhamento daquela Secretaria de Estado no processo de inclusão dos deficientes militares.

Comissão Parlamentar de Defesa Nacional

- O Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, acompanhado pelos deputados representantes de todas as bancadas recebeu a DN, em 17 de Julho, e em Setembro, na qual foram explanadas as razões expostas na “*Estratégia Reivindicativa*”; fundamentadas com a respectiva documentação.

Grupos Parlamentares

- A ADFA foi recebida por todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República aos quais a ADFA expôs em pormenor as razões que nos assistem na defesa dos direitos dos deficientes militares.

Relações da ADFA com a Instituição Militar

Em 2007, a ADFA continuou a privilegiar as relações com a instituição militar, não só por nos considerarmos parte integrante da família militar, mas também pelo facto de contarmos com o apoio dos três ramos das Forças Armadas, na obtenção e manutenção da qualidade de vida dos deficientes militares. Neste sentido foram estabelecidos contactos com:

- Audiência com o **Presidente do IASFA**, General Fidalgo Ferreira, em 12 de Janeiro, que teve como principal objectivo o esclarecimento referente ao inquérito enviado por aquele instituto às esposas dos associados;
- **Chefe da Direcção dos Serviços do Exército**, General Mendonça da Luz, em 6 de Fevereiro, que serviu para definir procedimentos entre os serviços da ADFA e aquela direcção, no sentido de agilizar processos nas áreas da assistência social militar, e atendimento aos Associados de origem africana;
- Audiência com o **Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas – CEMGFA**, no dia 26 de Fevereiro, com o intuito de informar e recolher experiências e potenciar as respostas dos ramos no apoio aos deficientes militares. Nesta audiência a DN expressou CEMGFA, uma das reivindicações prioritárias da ADFA, que passa pelo reconhecimento do carácter indemnizatório de todos os direitos consagrados no Decreto-Lei 43/76, de 20 de Janeiro. A DN aproveitou esta audiência para defender, também, a reposição da assistência médica retirada com a publicação do Decreto-Lei nº 167/2005;
- Audiência com Sua Excelência o **Chefe do Estado-Maior do Exército - CEME** General José Luis Pinto Ramalho no dia 7 de Maio;

- Audiência, no dia 23 de Maio, com o Chefe da Casa Militar de Sua Excelência o Presidente da República, General Carlos Alberto Carvalho dos Reis;
- Reunião com a **Comissão de Reestruturação das Carreiras e Vencimentos dos Militares**, com o intuito salvaguardar a legislação referente ao cálculo e actualização das pensões dos deficientes militares;
- Audiência, no dia 4 de Dezembro, com o **Chefe do Estado-Maior da Força Aérea** - CEMFA, General Luís Araújo;
- A audiência com o CEME no dia 12 de Dezembro;

Comemorações

- As comemorações do dia 10 de Junho incluíram a cerimónia de homenagem aos militares do concelho de Oeiras, mortos na Guerra do Ultramar, que teve lugar na Praça do Ultramar e uma outra que ocorreu no Monumento aos Combatentes do Ultramar em Belém/Lisboa. Final do capítulo);
- A ADFa esteve presente nas comemorações no dia do Combatente, que decorreu no Mosteiro da Batalha e nas comemorações de homenagem aos prisioneiros de guerra, em 19 de Dezembro, em Belém junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar;
- A ADFa participou igualmente nas comemorações do Armistício da I Guerra Mundial, de 11 de Novembro de 1918.

Relações da ADFa com as Associações de Militares e ex-Combatentes

A ADFa manteve relações amistosas e de solidariedade com as seguintes instituições:

- **Associação de Apoio aos Ex-combatentes Vítimas de Stress de Guerra - APOIAR**
 - Comemoração do 13º Aniversário.
- **Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar - ANCU**
 - Reunião, em 3 de Fevereiro, em Tondela.
- **Associação Nacional de Sargentos –ANS**
 - Homenagem aos heróis da revolta do Porto de 1891.

- Associação de Praças da Armada –APA

- Jantar comemorativo do seu 7º Aniversário.

- Comissão Executiva do Encontro Nacional de Combatentes/2007

- 14º Encontro Nacional de Combatentes.

- Liga dos Combatentes

- Foi organizada, em 29 de Dezembro, a 1ª Reunião entre a ADFa e a Liga dos Combatentes, que teve como principal intuito dar continuidade às relações entre as duas Instituições, num quadro de cooperação mútua, nomeadamente, no âmbito da preparação da 21ª CPAE da FMAC, a realizar entre 7 e 11 de Abril do ano 2008, em Lisboa.

- Comemoração do 84º Aniversário;

- Cerimónia de homenagem aos associados falecidos, no Cemitério do Alto de São João.

- Instituto de Defesa Nacional - IDN

- Conferência “*Security in East Ásia*”;

- Colóquio no Auditório do Instituto de Defesa Nacional;

- Seminário Internacional “*Transição Democrática no Mediterrâneo*”;

- Seminário Internacional “*Políticas de segurança e defesa dos pequenos e médios Estados europeus*”.

Participação Cívica da ADFa a Nível Nacional

Como tem sido sempre timbre da ADFa, desde da sua fundação, procurámos, em 2007, manter e aprofundar a intervenção e participação da ADFa junto da sociedade civil, numa postura pró-activa e de contributo cívico.

- Apoio aos investigadores

- ADFa apoiou o Dr. Fernando Fontes, no projecto de investigação sobre o Movimento das pessoas com deficiência em Portugal, intitulado “*Cidadania social e acção colectiva: o caso do movimento das pessoas com deficiência em Portugal*”, trabalho este que está a ser realizado no âmbito da sua tese de doutoramento que se encontra a realizar no Centro de Estudos da Deficiência

(Centre for Disability Studies) da Universidade de Leeds –Reino Unido. Este trabalho tem como intuito analisar a forma como têm sido criadas as políticas de deficiência em Portugal e como o ‘Estado-Providência’ tem encarado os direitos das pessoas com deficiência, bem como o papel desempenhado pelo movimento das pessoas com deficiência e pelas suas organizações neste processo.

Este trabalho de investigação, financiado através de uma bolsa de doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, é orientado pelo Professor Colin Barnes, um importante activista dos direitos das pessoas com deficiência em Inglaterra e um incontornável teórico dos Estudos da Deficiência a nível internacional.

- A ADFA apoiou o trabalho de investigação da Dra. Fátima Rodrigues que no âmbito dos estudos em pós-colonialismo e cidadania global está a desenvolver uma tese intitulada “*Percursos de vida: combatentes de origem africana nas Forças Armadas portuguesas das guerras coloniais (1961-1974)*”. Esta pesquisa de doutoramento visa interpretar os percursos de vida e as narrativas dos ex-combatentes de origem africana que vieram viver para Portugal. Este Estudo tem como base a interpretação de histórias de vida de ex-combatentes negros actualmente a residir em Portugal e de outras narrativas que resgatem representações das suas vivências desde a sua participação na guerra até à actualidade. Pretende-se compreender como os soldados dos contingentes locais africanos das Forças Armadas Portuguesas que combateram nas guerras coloniais, e que vieram viver para Portugal, interpretam os seus percursos de vida.

Esta tese está a ser orientada pelo Professor Doutor José Manuel Oliveira Mendes, do Centro de Estudos Sociais da faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

- Apoio da ADFA ao grupo de estudantes do 3º Ano de Medicina do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, da Universidade do Porto, orientados pelo Professor Doutor José Romão, que estão a realizar um estudo sobre a “*Dor fantasma nos amputados de guerra*” portugueses. A ADFA colaborou no envio dos inquéritos aos associados tendo assegurado a confidencialidade das suas direcções.

- Centro de Estudos Sociais - CES, da Universidade de Coimbra

-A ADFA contactou com o CES, no sentido de perspectivar formas concretas de cooperação entre as duas instituições, principalmente na hipótese de realização de um trabalho que tenha tanto de cientificamente valioso como de socialmente solidário. Um projecto cujo objectivo fundamental é um contributo para terminar com “o silenciamento e a marginalização a que os deficientes das forças armadas foram sujeitos e os consagra enquanto testemunhos privilegiados para, por intermédio das suas vozes, se resgatarem preciosas dimensões históricas para a compreensão do Portugal contemporâneo”. O CES enviou à ADFA um projecto intitulado “*Os Deficientes das Forças Armadas: combatentes da inclusão social*”, tendo a ADFA ficado encarregue de conseguir financiamento para a elaboração do mesmo, considerando a sua importância relevante, que envolve as vertentes informativas e sócio políticas, relativas ao enquadramento dos Deficientes Militares na guerra colonial de 1961 a 1975, com realce, para o percurso de afirmação cívica e social desenvolvida pela ADFA nos 33 anos de sua existência em prol da inclusão dos deficientes militares na sociedade portuguesa.

- Apoio a José Lima

- Apoio solidário ao cidadão **José Lima**, que fez o percurso de 800 Km, em cadeira de rodas entre Viana do Castelo e Faro, em prol da defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

- Câmara Municipal de Cascais

- Cerimónia de assinatura de Protocolo entre a Câmara, o Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão e o Ténis Clube do Estoril.

- Câmara Municipal de Leiria

- Comemorações Oficiais do Dia da Cidade, no quadro do Ano Europeu de Igualdade para Todos - 2007AEIOT.

- Câmara Municipal de Lisboa

- Cerimónia de homenagem ao Professor Mário Moniz Pereira;
- Sessão de Informação sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Social Sustentado;

- “*Conferência Internacional – combate à Pobreza e à Exclusão Estratégias para o Século XXI*”;
- Reunião relativa ao Espaço Público (acessibilidades).
- **Clínica CUF, no Complexo Alvalade XXI**
 - 1º Simpósio de Medicina e Traumatologia Desportiva.
- **Comité Económico e Social Europeu, Grupo III – Interesses Diversos**
 - Reunião extraordinária da Mesa do Grupo.
- **CDS-PP**
 - Cerimónia de encerramento do XXII Congresso do CDS-PP, em Torres Novas;
- **Fundação Mário Soares**
 - Inauguração da exposição “*A Epopeia de Brasília*”;
 - Conferência de Atul Khane (representante especial do Secretário Geral das Nações Unidas em Timor-Leste);
 - Mesa redonda “*O Arauto da Lusofonia*” em homenagem ao Embaixador José Aparecido de Oliveira;
 - Entrega do Prémio da Fundação Mário Soares;
 - Conferência “*A esquerda na América Latina*”;
- **Junta de Freguesia de Águas Belas**
 - Inauguração de uma placa toponímica em homenagem ao Poeta Sá Flores, associado da ADFa.
- **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**
 - Comemorações do 509º Aniversário da SCML;
 - Seminário “*A Acção Social na Promoção dos Direitos e Igualdade de Oportunidades*”;
 - Apresentação da campanha nacional multimédia – “*Integrar é tratar de forma igual*”.
- **Sociedade Histórica da Independência de Portugal - SHP**
 - Sessão solene comemorativa dos 146 Anos da SHP;
 - Comemorações da Restauração da Independência.
- **Instituto de Estudos para o Desenvolvimento**
 - Seminário Anti-Discriminação e Diversidade.

- Instituto de Segurança Social - ISS

- Inauguração do 1º Serviço de Atendimento da Segurança Social para Pessoas com Necessidades Especiais;
- Audiência com o Dr. Jorge Sampaio, que teve como principal intuito a solicitação de apoio para a candidatura ao Prémio Beneficência da Fundação Calouste Gulbenkian;
- Associação Guineense e Povos Amigos, tomada de posse dos Órgãos Sociais.

- South African Veterans Association –SAVA

- Colaborou com a jornalista sueca Katarina Hellberg, no agendamento de algumas entrevistas com ex –militares angolanos, e num encontro, por parte do Director da South African Veterans Association –SAVA, com DN.

Reabilitação e Reinserção Social

- AEIOT –2007

- Apresentação do Plano Nacional de Acção do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos;
- Debate de encerramento do Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidade para Todos –2007 –AEIOT.

- Associação Nacional para a Integração da Pessoa Deficiente - AFID

- Seminário realizado na Fundação Calouste Gulbenkian.

- Associação Nacional de Espondilite Anquilosante- ANEA

- XIX Encontro Nacional, que se realizou na Escola de Hotelaria do Estoril.

- Associação Portuguesa de Deficientes –ADP

- Conferência Europeia intitulada “*Celebrar a diversidade*”

- Associação Portuguesa de Insuficientes Renais - APIR

- Colóquio “*A diabetes na IRC*”

- Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal - ACAPO

- Seminário “*O deficiente visual e a sociedade –perspectivas para o futuro*”
- Debate sobre “*A importância da Revolução de 25 de Abril de 1974 para as pessoas com deficiência*”

- Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos - CEDEMA

- Comemoração do 25º Aniversário.

- Centro de Reabilitação Profissional de Gaia –CRPG

- Apresentação do estudo “*Acidentes de trabalho e doenças profissionais em Portugal: das práticas actuais aos novos desafios*” que tiveram lugar no dia 24 de Abril;

- Conferência para a apresentação conjunta do trabalho “*Mais qualidade de vida para as pessoas com deficiências e incapacidades – uma estratégia para Portugal*”; apresentado pelo CRPG e Instituto Superior Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE.

- Centro de Medicina e de Reabilitação de Alcoitão

- Comemoração do 41º Aniversário.

- Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - CNRIPD

- Apresentação do estudo “*Modelização das políticas e das práticas de inclusão social das pessoas com deficiência em Portugal*”; em 12 de Abril;

- No relacionamento com o Conselho Nacional para a Reabilitação das Pessoas com Deficiência –CNRIPD, a ADFA deu o seu contributo para o I Plano de Acção para a Integração da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade –PAIPDI, tendo endereçado aquele conselho um conjunto de sugestões referentes à evolução dos conceitos de deficiência e incapacidade, ao Eixo 1 alusivo às acessibilidades e informação e ao Eixo 2 sobre educação, qualificação e promoção da inclusão laboral;

- A ADFA acompanhou, no CNRIPD, o projecto desenvolvido com CRPG, em parceria com o ISCTE, intitulado “*Mais qualidade de vida para as pessoas com deficiências e incapacidades –uma estratégia para Portugal*”.

- Confederação Nacional de Organismos de Deficientes - CNOD

- Plenário Associativo em Lisboa;

- Seminário Internacional;

- Congresso de deficientes.

- FENACERCI

- Sessão de abertura e encerramento da Campanha Pírilampo Mágico.

- Fundação Liga

- Lançamento da brochura “*Formação profissional e emprego*”.

- Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência / Instituto Nacional para a Reabilitação - SNRIPD/INR

- Reunião no SNRIPD, em 19 de Abril, sobre a preparação do “*Regulamento de apoio técnico-financeiro 2008 e metodologias de participação regular nas políticas de reabilitação*”;
- Workshop - Ajudas Técnicas, no âmbito da AJUTEK 2007, no Porto;
- Fórum Mensal “*Competências pessoais e sociais das pessoas com deficiência, um projecto de formação*”;
- Apresentação pública do “*Guia acessibilidade e mobilidade para todos*”;
- Conferência de Imprensa de apresentação dos trabalhos concorrentes e vencedores do Concurso Europeu de Cartoons;
- 9º Congresso Nacional de Deficientes, no Seixal.

Participação Cultural

- Lançamento de livros

- “*A geração do fim –Infantaria: 1954 –2004* ”; coordenado por José António Silvestre Martins, [et. al.];
- “*Requiem para um navegador solitário*”, do escritor timorense, Luís Cardoso;
- “*Fala-me de África*”, de Carlos Vale Ferraz;

Relações da ADFa com Organizações Internacionais

A DN desenvolveu contactos, através do presidente, com “Department of Veterans Affairs”, em Whashington, saliente-se também o cooperação estabelecida com a Senhora June Vilas do Comité de Veteranos, que durante muitos anos estabeleceu no seio da FMAC contactos com os Veteranos de Guerra do Vietnam.

Na sequência da preparação da 21ª CPAE foi realizada uma reunião preparatória entre a ADFA e a FMAC, na pessoa do Senhor Joe Falson, em representação do Presidente da CPAE, que decorreu a 2 de Novembro. Por outro lado, foram estabelecidos contactos com o Brigadeiro Ian Townsend, Vice-presidente da FMAC e Presidente da CPAE, membro da British Legion, o Secretário-geral da FMAC, Mohammed Benjelloun e com a Directora Executiva da FMAC, Martine Fort.

A ADFA estabeleceu, também, contactos com a Associação de Militares da Guerra de Angola – AMIGA, para o fornecimento de apoios protésicos a deficientes militares angolanos no CRPG.

Delegações

Bragança

A Delegação de Bragança desenvolveu actividades de cariz associativo, nas quais se incluem as de apoio aos associados e familiares, quer no âmbito da deficiência, quer civil. Colaborou nos actos públicos promovidas pela DN e restantes delegações e, a nível local, tomou parte em iniciativas de interesse da ADFA.

Castelo Branco

A Delegação de Castelo para além das actividades de apoio aos sócios e da comemoração do seu 32º Aniversário, que contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, o Sr. Joaquim Mourão, realizou dois colóquios, um sobre “*A Guerra Colonial e os reflexos na sociedade portuguesa*”, na Escola de Silvares e um outro sobre “*Stress Pós-Traumático*”, em Castelo Branco.

Participou em reuniões de âmbito local relacionadas com a apresentação do AEIOT, com o concurso “*Escola Alerta*”, nas comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, na qual esteve presente com um cartaz alusivo às actividades da delegação, no colóquio intitulado “*O Governo Explica as Políticas da Família e Deficiência*” e na abertura oficial da exposição do concurso regional de “*Igualdade na Diversidade*”, em Castelo Branco.

No âmbito do Projecto ADFA –Rede Solidária deu inicio a aplicação dos questionários em toda a área de abrangência da delegação.

Coimbra

Do decorrer de 2007 a Direcção da Delegação prosseguiu o trabalho de encontrar novas instalações para a delegação.

Participou em iniciativas públicas, de que se destacam a conferência “*Compromisso cívico para a inclusão*”, em Santarém, o Workshop “*Todos diferentes, todos iguais*”, em Leiria, a comemoração do 33º Aniversário e o convívio de Natal da Delegação de Coimbra.

Na área de abrangência desta delegação assinalou-se a extinção do Núcleo de Leiria.

Évora

As actividades desta delegação centraram-se, essencialmente, numa mobilização interna na defesa dos direitos dos deficientes das Forças Armadas e na organização de alguns eventos, tais como visitas guiadas, convívio de Natal e as actividades de Orientação. No âmbito das actividades desenvolvidas na área da Orientação esta delegação organizou o Meeting Évora Património Mundial e conquistou boas prestações classificativas durante a época 2006/2007, tendo esta equipa sido campeã nacional absoluta em masculinos.

Faro

No conjunto de actividades englobam-se as de carácter administrativo de apoio aos sócios; a participação nas reuniões na sede nacional e, a nível local, é de realçar o bom relacionamento desta delegação com as entidades civis e militares, sendo assídua a sua presença nas reuniões da Câmara Municipal de Faro.

Funchal

No âmbito das suas competências esta delegação apoiou os associados em todas as áreas administrativas, quer ao nível das questões de foro militar como do foro civil. Participaram em eventos na Região Autónoma da Madeira e continente de que se destacam a cerimónia de comemoração do Armistício da 1ª Grande Guerra Mundial, as

comemorações e aniversários das diversas unidades militares da Zona Militar da Madeira, o 33º Aniversário da ADFa, o convívio associativo e a festa de Natal.

Lisboa

A Delegação de Lisboa desenvolveu as actividades de ajuda aos associados, que teve por base o atendimento a cerca de 8068 pessoas e prestou apoios sociais e jurídicos.

No âmbito do desporto e lazer, foram os convívios e as actividades desportivas que melhor traduziram as iniciativas encetadas nesta área. Assim, ao nível de convívios há a destacar alguns dos mais significativos eventos, tais como a noite de fados, o jantar e comemoração do 25 de Abril, viagem turística ao Alto Minho (festa do vinho verde), as viagens ao Gerês e à Ilha da Madeira, o magusto de São Martinho, o almoço e festa de Natal e a comemoração do aniversário da Delegação. A nível desportivo participaram em várias Provas de Pesca e no IX Encontro Desportivo para pessoas com deficiência. Ainda, neste âmbito é de realçar o início das aulas de hidroginástica moderada, nas piscinas da CML.

No âmbito das relações externas esta delegação manteve contactos com as edilidades, na sua área de abrangência, e com diversas instituições públicas e privadas.

Ponta Delgada

Para além do relacionamento associativo e estatutário esta delegação manteve contactos com as diversas entidades regionais e locais, o que lhe permitiu dotar de alguns meios necessários para precaver o financiamento de algumas despesas de funcionamento desta delegação, sendo de destacar o protocolo com o Instituto de Acção Social de Ponta Delgada, que permitiu garantir a liquidação das mesmas.

Desenvolveu acções necessárias para a vida activa da delegação, fazendo-se representar em diversos eventos, quer da ADFa, quer de associações congêneres de entidades militares ou civis da Região Autónoma dos Açores e continente, das quais se destacam a sua presença na conferência “*Compromisso cívico para a inclusão*”, que decorreu em Santarém, a participação no convívio da Organização de Antigos Combatentes e nas comemorações do 89º Aniversário do Dia do Armistício, em Ponta Delgada. É, também, de assinalar o almoço de trabalho que esta delegação manteve com os Comandantes

Operacionais das Forças Armadas e a participação no Fórum sobre o tema “*Promover uma sociedade mais justa na diversidade*”, a representação das valências da Delegação no Fórum organizado pelo Instituto de Acção Social de Ponta Delgada e o convívio de Natal.

A nível local foram recebidos pelo Comandante da Zona Militar dos Açores, Major-General Rui António Faria de Mendonça e pelo Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, Dr. José António Mesquita.

Porto

Do largo conjunto de actividades executadas cumpriu a missão associativa de realizar os desafios que foram definidos como objectivos em prol da reabilitação e reinserção social dos deficientes militares, na área de abrangência da Delegação do Porto.

Com as medidas e acções desenvolvidas pretenderam atingir os seguintes objectivos gerais:

- Qualificação da estrutura e dos recursos, com realce para a implementação do “Centro de Apoio Integrado do Porto” e de um conjunto de acções destinadas à formação e valorização dos meios humanos;
- Contributo empenhado e activo para uma acção reivindicativa que tenha como orientação a clara separação entre as medidas que representam a reparação legítima e justa dos danos sofridos e as que, constituem o reconhecimento e o aperfeiçoamento do estatuto dos deficientes militares;
- Gestão da vida associativa pautada pela abertura ao movimento associativo e a instituições e entidades civis e militares.

A participação associativa estendeu-se a toda a área geográfica da delegação, proporcionando a todos os associados as mesmas oportunidades de participação, tendo realizado inúmeras reuniões descentralizadas.

Há a destacar, ainda, as actividades no domínio do lazer e recreio que tiveram como objectivo promover a inclusão social numa perspectiva de abertura da organização à população local, sendo de realçar a palestra sobre a Guerra Colonial e o 25 de Abril, na Escola EB2/3 de Pedrouços, o jantar evocativo do 25 de Abril, a noite típica de São João,

a semana desportiva em Cabeceiras de Basto, o passeio anual da Delegação aos Alpes e a festa de Natal.

A nível desportivo as actividades centraram-se nas modalidades de Ginástica de Reabilitação, Natação, Artes Marciais, Futebol 5 e Boccia. Contudo, há a destacar o Troféu Liberdade, o Torneio das Estações, que ocorreram nesta delegação, e a semana desportiva, com a duração de cinco dias que decorreu em Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Celorico de Basto, Porto e Póvoa de Varzim, nesta última localidade decorreu, Também, o concurso de Vela Adaptada. Ainda, na área desportiva, esta delegação desenvolveu acções de formação em desporto sénior.

Setúbal

Esta delegação desenvolveu as suas actividades em prol do apoio aos associados, enquanto que a nível associativo não incrementou qualquer acção devido à escassa participação dos associados. Participou em todas actividades para as quais foi convidada quer a nível nacional, quer ao nível das delegações.

Vila Nova de Famalicão

Esta delegação, para além das actividades de apoio aos associados, privilegiou-se os contactos com instituições, organismos oficiais e autarquias, tendo participado activamente em diversos eventos.

No âmbito associativo destacou-se o aniversário da delegação, a festa de Natal e o convívio com o núcleo de Guimarães.

Desenvolveu conversações com o Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Dr. Leonel Rocha, com o intuito de conseguir instalações maiores para o Museu da Guerra Colonial e incrementou, também, contactos com a edilidade Bracarense, no sentido de conseguir um espaço para a instalação do núcleo de Braga.

No decorrer de 2007 foram prestadas 238 consultas de clínica geral, tendo esta delegação equacionando a hipótese de vir a ter, também, a valência de Psicologia Clínica.

Viseu

Esta delegação empenhou-se no debate sobre as questões reivindicativas inerentes aos deficientes militares, envolveu-se na organização do seminário sobre o “*Stress Pós-Traumático de Guerra*”, o qual contou com a colaboração da Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Viseu, da DN e colaboradores, da Escola Superior de Saúde, da Delegação do Porto, do Hospital Psiquiátrico, do Tenente Coronel Rui Ferreira, do Coronel Gertrudes da Silva, do CRPG e dos Órgãos Sociais desta delegação.

Para além do apoio prestado aos associados, realizou, a nível associativo a comemoração do aniversário e da festa de Natal da delegação. Ainda no âmbito associativo, confraternizou com as delegações de Lisboa, Porto, Coimbra, Famalicão, Castelo Branco e Bragança, nas comemorações dos respectivos aniversários e organizaram um convívio tradicional de Santo António, em Mangualde.

No âmbito das comemorações do 25 de Abril, participou com uma exposição e com um filme sobre o 25 de Abril “*A Guerra Colonial e a ADFA*”, em colóquios nas Escolas de Vouzela, Escola Profissional de Castro Daire, Escola Secundária de Viseu - Viseu Norte, Instituto de Emprego e Formação Profissional.

A nível externo manteve contactos com Comandante do Regimento de Infantaria 14, ao qual foi exposta a estratégia reivindicativa da ADFA, com a Câmara Municipal de Viseu, Governo Civil e Juntas de Freguesia. Participou nas cerimónias do dia do RI- 14, no Dia da Liga dos Combatentes, dos Comandos e encontro dos militares da Guiné, na inauguração do Monumento aos Combatentes, em Carregal do Sal, esteve presente com os Combatentes de Arganil nas comemorações da Batalha de La Lys e missas de sufrágio promovidas pela Liga dos Combatentes e RI- 14.

Esta delegação esteve presente no colóquio sobre stress de guerra organizado pela ANCU, em representação da DN, contactou com a Federação dos Combatentes do Ultramar, reuniu-se com o Director do Hospital Psiquiátrico, Dr. Jorge Humberto e com o IASFA, em Viseu.

Participou, conjuntamente com outras associações de deficientes, nas comemorações do Dia Internacional da Pessoa Deficiente, que ocorreram na Escola de Silgueiros, tendo sido apoiadas pela Câmara Municipal de Viseu. Participaram, também, na Feira Mostra, no Hotel Montebelo, com um seminário sobre acessibilidades e colaboraram na

organização de um postal de Natal, conjuntamente com a Câmara Municipal e Governo Civil de Viseu.

Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique - ADFAPM

A DN constatou a nova realidade do ex-Núcleo de Maputo transformado na Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique –ADFAPM.

Perante o novo quadro de colaboração institucional foi enviado a esta associação verbas que, em 2004, foram atribuídas pelo MTSS e MDN e que estavam à guarda da ADFA.

A DN solicitou ao CFN e ao Conselho Jurisdicional pareceres sobre o novo enquadramento a adoptar nas relações entre a ADFA e a ADFAPM, tendo em conta que ambas representam deficientes das Forças Armadas Portuguesas e que por isso nos ligações indissolúveis no prosseguimento das acções de cooperação, reabilitação e solidariedade.

De acordo com o parecer do CFN a DN encetou contactos com a ADFAPM convidando o seu presidente João Manhula Cassimo, a deslocar-se a Portugal, tendo estado presente, no dia 17 de Outubro, numa reunião com a DGPRM-MDN, no qual foram apresentados ao Director Geral os graves problemas vividos pelos Deficientes Militares residentes em Moçambique.

Na sua deslocação teve, também, contactos com o Director dos Serviços de Saúde do Exército, General Jorge Duro Mateus Cardoso, e com o Director de Pessoal e Logística, General Mendonça da Luz, tendo ainda se deslocado ao Regimento de Transmissões e Escola Militar de Electromecânica de Paço d'Arcos, onde se encontram alojados os deficientes das Forças Armadas, oriundos de Moçambique, e que estão de passagem por Portugal, para tratamento médico e elaboração dos processos de qualificação como deficientes militares.

Nesta perspectiva a DN preparou um dossier para análise e decisão do Conselho Nacional da ADFA, cuja matéria só veio a ser apreciada na reunião de 12 e 13 de Janeiro de 2008.

Serviços Nacionais

Centro de Documentação e Informação –CDI

O Centro de Documentação e Informação - CDI realizou algumas actividades de âmbito técnico referentes à cadeia documental e de carácter administrativo ligadas a projectos desenvolvidos pela Direcção Nacional.

A actividade desenvolvida pelo CDI assentaram, essencialmente, nas tarefas de organização, tendo-se destacado as de tratamento documental de monografias, periódicos e analíticos; as pesquisas sobre áreas temáticas de interesse para este CDI; a digitalização de documentos alusivos à 6ª Conferência da FMAC; a requisição de obras sonoras e digitais à Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia, o atendimento e os empréstimos a utilizadores externos e internos.

Extra ao CDI foram desenvolvidas actividades direccionadas, essencialmente, para o apoio à DN, GOS, Coronel Silvério e Projecto ADFa –Rede Solidária, das quais há a destacar a colaboração e organização de alguns eventos (lançamento da Revista “*Cidade Solidária*” e o 33º Aniversário da ADFa), o apoio no processo de solicitação de ajudas técnicas para os associados cegos, a execução e a preparação da candidatura ao Prémio Beneficência endereçado à Fundação Calouste Gulbenkian, a elaboração de um artigo sobre a inclusão digital que foi apresentado pela ADFa, em Leiria, de um questionário para os utentes dos Serviços Clínicos da ADFa, de desdobráveis sobre a ADFa e o Seminário sobre “*Stress pós-traumático de guerra*”, que decorreu em Viseu e efectuou um levantamento das instituições públicas existentes na freguesia do Lumiar.

Acompanhamento da DN em diversas reuniões para as quais foi solicitada, participou na formação sobre programas para cegos no Instituto Português para a Juventude e executou trabalho para o GOS, durante o período em que a funcionária deste Departamento esteve ausente por motivo de gozo de férias ou falta;

Desenvolveu trabalho no âmbito do projecto ADFa –Rede Solidária, que se baseou, essencialmente, na elaboração do glossário, do guia de procedimentos, da actualização e correcção de dados no GIS relativos à amostra aleatória, nos contactos com as delegações, associados, autarquias e instituições locais nos concelhos de Sintra, distritos de Faro e Beja e na aplicação de questionários.

Gabinete de Apoio aos Órgãos Sociais - GOS

No cumprimento das funções que lhe estão atribuídas, o GOS apoiou os Órgãos Sociais Nacionais, Delegações e Núcleos, bem como Departamentos e Serviços da Sede. Apoio este que se traduziu na organização de reuniões, recepção de convidados e entidades, elaboração de documentos, recebimento e distribuição de correspondência, marcação de entrevistas e audiências, na redacção de actas informaticamente, arquivo de documentação e tratamento de imagem para o exterior.

Das acções desenvolvidas destacam-se, também, o atendimento directo e telefónico aos associados, entidades oficiais, associações congéneres nacionais e internacionais.

Jornal ELO

Na estratégia Reivindicativa o ELO desempenhou um papel fundamental na coesão e informação aos associados de toda a dinâmica desenvolvida pela ADFA junto dos Órgãos de Soberania e instituições públicas e privadas. Apesar dos meios reduzidos foi possível criar o ELO Digital, que passou a ser disponibilizado na Internet, em tempo real.

Serviços Clínicos

Das valências médicas de clínica geral, estomatologia, fisioterapia, psicologia, psiquiatria e urologia foi atingido um total de 2809 consultas. Há, também, a destacar um total de 6844 tratamentos na área da fisioterapia, estomatologia e protésico.

No âmbito do Protocolo da RNA, os Serviços Clínicos estabeleceram, através do Serviço de Psicologia, a coordenação entre as consultas de psicologia, psiquiatria, clínica geral e serviço social, dos utentes que fazem parte da RNA – Pólo de Lisboa. Enviaram, mensalmente, o relatório de actividades com todos os actos médicos praticados pelo Pólo de Lisboa e Porto, para a comissão de acompanhamento da RNA no MDN. Este serviço, articulou com todas as Delegações da ADFA, Centros de Saúde, Hospitais e outras entidades, sobre diversos assuntos relacionados com o acesso, encaminhamento e acompanhamento dos utentes da RNA;

Foi implementado, pelo Serviço de Psicologia, um novo processo terapêutico (EMDR) aos associados e utentes da RNA, que apresentam memórias intrusivas e recorrentes, que contou com a colaboração da Dr.^a Vitoria Ortigas.

Serviços Jurídicos

O Gabinete Jurídico Nacional desenvolveu a sua acção, nomeadamente, na prestação de consulta aos associados e por intermédio das Delegações, acompanhou cinquenta e quatro processos em tribunal que transitaram de 2006, tendo sido iniciados nove processos, dos quais terminaram vinte e cinco, tendo obtido vinte e cinco decisões favoráveis e duas desfavoráveis, bem como elaborou quarenta e seis peças processuais, cento e trinta e nove ofícios, vinte e seis pareceres/informações para a DN, vinte e seis requerimentos, vinte e oito análises de projectos de indeferimento, para além da consulta diária do Diário da República Electrónico (1.ª e 2.ª série), com o consequente envio dos assuntos com interesse para a ADFA para a DN, Delegações e serviços.

Para além das reuniões ocorridas entre elementos dos Órgãos Nacionais e trabalhadores/colaboradores da ADFA, a advogada acompanhou a DN a reuniões no IASFA, na SCML, ao Chefe da RAS, à DGPRM, à CGA, ao CCADFA, ao SNRIPD, ao Grupo Parlamentar do Bloco Esquerda, ao Ministério das Finanças, ao IDN com o grupo de trabalho para reestruturação das carreira militares dos militares das FA, ao Conselho Consultivo do LMCVP, à Comissão Política de Defesa Nacional, à Liga Portuguesa contra o Cancro e ao Colóquio sobre Stress de Guerra, aquando da assinatura do protocolo com a RNA. A nível interno participou em diversas reuniões, sendo de destacar a dos Gabinetes Jurídicos da ADFA, a da Associação Futuro Feliz em Família e a do grupo de "assessoria" à DN.